

A imagem seis traz, em primeiro plano, uma mulher em pé preparando uma refeição em cima de um “jirau”, algumas panelas também no mesmo local e duas panelas de pressão em cima de um fogão improvisado, à lenha. Como se vê, os serviços eram realizados em péssimas condições e, em segundo plano, observa-se um homem construindo um barraco e uma criança sentada, demonstrando a construção das primeiras habitações. Em relação à imagem sete, observa-se uma mulher com um boné na cabeça. Esta mulher passava roupa em cima de um fogão a gás, em segundo plano, havia algumas roupas em um varal improvisado, alguns utensílios, caixas e alimentos, como ovos em uma cartela no chão. Ao fundo, observam-se outras pessoas organizando e/ou realizando os preparativos para sanar suas necessidades iniciais para permanecerem na fazenda ocupada. Essas duas imagens mostram os acampados em sua lida diária na luta pela sobrevivência, buscando alternativas para se manterem na terra ocupada, organizando, assim, seus modos de morar e viver.

Logo após o término da construção das primeiras habitações, ou seja, dos barracos de lonas, no dia 17 de abril, as famílias iniciaram a plantação das ramas de mandioca, algo que, no dia 01 de maio, foi noticiado pelo Jornal Correio de Uberlândia, em sua primeira página. Acerca desse momento, observe a imagem a seguir:

IMAGEM 08: Trabalhadores plantam ramas de mandioca na Fazenda Rio das Pedras



Sem-terra vão ignorar ordem judicial.

In: Jornal Correio de Uberlândia, ano 59, nº 17.472, 01/05/1997, p. 1.

A imagem acima traz no centro um grupo de trabalhadores plantando ramas de mandioca. Apesar do jornal associar, em primeira página, o trabalhador sem-terra com o dia do trabalho, ao se analisar a relação da imagem utilizada, na matéria, com o título de sua reportagem: “*Sem-terra vão ignorar ordem judicial*”²⁹⁹, fica evidente a intenção do Jornal de correlacionar o dia do trabalho com a negativa dos trabalhadores diante de uma ordem da justiça, descaracterizando, assim, as ações de ocupações de terra.

Entretanto, em que pese o fato de que não apenas grande parte da imprensa brasileira, assim como outras instituições e/ou segmentos sociais se posicionem contrariamente às ações de ocupação de terras, ainda assim, esta prática tem sido constante no país, sobretudo, com o apoio dos movimentos sociais organizados, bem como de outros grupos sociais e instituições. No caso da ocupação da Fazenda Rio das Pedras, os trabalhadores acampados receberam ajuda, inicialmente, até mesmo do proprietário da fazenda vizinha. Das oito carretas de ramas de mandioca que os trabalhadores ganharam, sete foram cedidas por um fazendeiro da propriedade ao lado e um enviado de Santa Vitória. As ramas de mandioca foram plantadas em 15 alqueires que já estavam preparados antes da ocupação para o plantio de soja, pois, segundo integrantes do MLT, a soja só seria plantada no ano seguinte³⁰⁰.

Depois de terem realizado o plantio das ramas de mandioca, plantaram feijão e, em um alqueire de terra, cultivaram uma horta comunitária. Essa horta foi mais uma fonte de alimentação para as famílias, principalmente para as crianças, pois os alimentos que haviam trazido não foram suficientes, estes abasteceram as famílias apenas por alguns dias. Diante disso, surgiu a necessidade de encontrar alternativas viáveis para solucionar esse problema. Uma delas foi montar comissões com o objetivo de arrecadar alimentos. De acordo com as entrevistas, os alimentos que entraram no acampamento foram arrecadados pelos próprios membros do acampamento, os quais se organizaram em comissões. Essas comissões realizaram campanhas na cidade, bem como pediram de porta em porta, com o objetivo de arrecadar alimentos e agasalhos. Em relação ao problema alimentar, Célia, uma das ocupantes, relatou:

²⁹⁹ **Jornal Correio de Uberlândia**. Sem-terra vão ignorar ordem judicial. Ano 59. nº. 17472, de 5/01/1997. p. 1.

³⁰⁰ **Jornal Correio de Uberlândia**. Plantar feijão será o próximo passo do MLT. Ano 59, nº 17462, de 19/04/1997. p. 9.

a gente fazia arrastão na cidade, pedindo na rua, saía numa perua cheia de gente daqui e ia pra cidade pedir o dia inteiro. No outro dia cedo repartia aquilo que a gente tinha ganhado na cidade, dava uma mixaria pra cada um, era cento e trinta e sete famílias. E no outro dia se a gente conseguia a gasolina pra colocar no carro da pessoa que levava a gente, a gente ia de novo, se não conseguia tinha que espera arrumar a gasolina³⁰¹.

A arrecadação de alimentos na cidade foi uma das soluções encontradas pelos participantes do Movimento para suprir suas prioridades até que o INCRA começasse a distribuir as cestas básicas para os acampados. No que se refere à água utilizada pelas famílias acampadas para suprir as necessidades básicas, como matar a sede, tomar banho, lavar roupa e fazer a comida, no primeiro ano, foi utilizado o Rio das Pedras, localizado no interior da fazenda. Na realidade:

O rio das Pedras com seus afluentes (Córregos Santo Reis, Córrego das Pedras e Córrego Vereda da Divisa), todos perenes, destaca-se como principal manancial, percorrendo cerca de 4,6 km dentro do assentamento. Encontram-se, ainda, pequenas represas que servem para o abastecimento das propriedades rurais e bebedouro para os animais, além de nascentes. A profundidade do lençol freático varia de 2 a 18 metros, permitindo a perfuração de cisternas (poços caipiras), encontrados em vários lotes para o abastecimento doméstico. O uso atual das águas [em 2002] é para dessedentação dos animais e alguns assentados utilizam para a irrigação de olerícolas (legumes). Não existem informações ou análises da qualidade da água, porém alguns assentados citam que o Rio das Pedras ainda está sendo contaminado pelo chorume de antigo lixão, sendo impróprio para o consumo humano e mesmo para dessedentação de animais. Também foram observadas mortalidades de peixes, possivelmente em função da contaminação da água em propriedades vizinhas (agrotóxicos)³⁰².

Apesar das características impróprias para o consumo humano, a água do Rio das Pedras foi utilizada pelos trabalhadores como a principal fonte hídrica. Na imagem a seguir, destaca-se a cena de uma moradora utilizando a água do rio nos seus afazeres diários:

³⁰¹ Célia Umberlini – Natural de Fernandópolis/SP, moradora do assentamento. **Entrevista concedida à autora, em 15 de junho de 2006.** Uberlândia/MG.

³⁰² **Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC.** Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG. Uberlândia, 2002. p. 11.

IMAGEM 09: Trabalhadora realizando afazeres domésticos no acampamento Rio das Pedras



A presença da PM e dos oficiais de Justiça não alterou a rotina dos membros do MLT.

In: Jornal Correio de Uberlândia, ano 59, nº 17.476, 06/05/1997, p. 9.

Como se percebe nessa imagem, uma mulher, sentada em lugar improvisado à beira do Rio das Pedras, lava suas roupas, o que realiza sob sol forte, uma vez que as circunstâncias não lhe dão outra alternativa, a não ser enfrentar as dificuldades surgidas. Ainda sobre as condições da água consumida, de acordo com Sônia Silva, apenas 30% das famílias assentadas possuíam filtro, o restante das famílias foi orientado a ferver a água antes de utilizá-la. Entretanto, a água não foi o único problema enfrentado pelos ocupantes da Fazenda Rio das Pedras, pois os alimentos arrecadados, apesar das campanhas realizadas, não foram suficientes para alimentar todas as famílias acampadas. Esse fato levou uma das comissões a solicitar ajuda junto à Prefeitura Municipal de Uberlândia. Na reunião com a secretária de Trabalho e Ação Social, Josefina Reis, a comissão pediu cobertores e cestas básicas. “*Nosso alimento está escasso. O feijão e o óleo já acabaram e o que plantamos ainda demora um pouco para a colheita*”³⁰³. Em relação a essa questão, o vereador, Aniceto Ferreira, sugeriu que fosse realizada uma campanha junto à iniciativa privada coordenada pela Secretaria de Trabalho e Ação Social.

Nessa luta, outros assentados também se propuseram a ajudar, foi o caso dos acampados em Campo Florido, que enviaram, como doação, para o acampamento Rio das

³⁰³ **Jornal Correio de Uberlândia**. Sem-terra reivindicam educação para crianças. Ano 59, nº 17467, de 25/04/1997. p. 9.

Pedras, dezessete animais, sendo: dois cavalos, cinco bezerros, cinco vacas leiteiras e cinco vacas de corte³⁰⁴. Os assentados também receberam ajuda de particulares e de entidades de apoio, como o caso de uma médica pediatra que visitava o acampamento e realizava consultas gratuitas. As pastorais geralmente levavam alimentos, medicamentos e agasalhos. Alguns integrantes do Movimento também compareceram à Câmara Municipal de Uberlândia e solicitaram ajuda, na oportunidade, alguns vereadores contribuíram e a verba angariada foi utilizada na compra de alimentos, remédios, sementes e roupas. Em relação às sementes utilizadas no plantio, segundo Giovani Lázaro Santos, auxiliar de produção, a primeira remessa de sementes foi fornecida pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU³⁰⁵.

A Universidade Federal de Uberlândia, através do Centro de Documentação e Pesquisa em História - CDHIS, também realizou campanhas em prol dos trabalhadores sem-terra acampados na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A principal meta do trabalho foi conseguir recursos para que os integrantes dos movimentos pudessem enfrentar o clima frio. De acordo com a coordenadora do centro de documentação, Jane Fátima Silva Rodrigues, a campanha procurou arrecadar alimentos e agasalhos para as 200 famílias que estavam acampadas na Fazenda Rio das Pedras. Ainda, segundo essa coordenadora, outra meta da campanha era desencadear uma discussão política na sociedade para mostrar que a luta pela terra não é apenas do MST. Ela enfatizou que as ações têm que ter a participação de todos, pois o Brasil tem grandes latifúndios com terras improdutivas³⁰⁶.

Os participantes do Movimento de Luta pela Terra também solicitaram, junto à Prefeitura, uma solução para o problema escolar, uma vez que no acampamento havia em torno de cento e cinquenta crianças e adolescentes fora da escola. Eles reivindicaram uma escola provisória na fazenda ou o transporte para levar as crianças até a Fundação Educacional e Rural de Uberlândia - FERUB, localizada a 15 km da fazenda. Porém, as reivindicações dos trabalhadores sem-terra foram negadas, mediante a justificativa de que não havia recursos e da inviabilidade de novos transportes para a locomoção dos

³⁰⁴ Idem, Ibidem, p. 9.

³⁰⁵ **Jornal Correio de Uberlândia**. MLT reivindica transporte. Ano 59, nº 17454, de 24/07/1997. p. 9.

³⁰⁶ **Jornal Correio de Uberlândia**. Campanha arrecada para ajudar o MST. Ano 59, nº 17509, de 13/06/1997. p. 9.

estudantes. A coordenadora da comissão de educação do movimento, Lúcia Helena da Silva, ressaltou que a falta de escola para as crianças é fruto do descaso do poder público municipal³⁰⁷.

No dia 19 de junho, a comissão de educação do MLT se reuniu com a Superintendente Regional de Ensino, Dilma Segatto, para reivindicar uma escola provisória no acampamento. Ela informou que iria se encontrar com o secretário de Educação do Estado, João Batista dos Mares Guia, para verificar a viabilidade da implantação de um programa especial de educação para as crianças acampadas na fazenda Rio das Pedras³⁰⁸. De acordo com a assessora da 40ª Superintendência Regional de Educação, mediante orientação do secretário de educação, João Batista, a superintendência poderia disponibilizar o número de vagas necessárias para atender os alunos, nas escolas estaduais do município de Uberlândia, mas o transporte dos mesmos ficaria a cargo da Secretaria Municipal de Educação.

Até que ocorresse a solução para o problema escolar, as aulas foram ministradas por quatro mulheres do próprio acampamento. No entanto, um vendaval derrubou o barraco de aproximadamente 32 metros quadrados, onde as crianças assistiam às aulas. Segundo Fernando Terra, um dos assentados, as professoras, além de ensinar o conteúdo convencional, enfatizavam também, aos alunos, a importância do MLT. Acerca desses ensinamentos, voltados para o destaque do valor da ideologia do Movimento, fica clara a tentativa das lideranças do Movimento, mediante a educação no acampamento, de criar nas crianças e nos jovens a mentalidade voltada para determinado sentido da propriedade privada da terra no país e das atuações dos trabalhadores, com o objetivo de alcançar o acesso à terra. No intento de valorizar e, acima de tudo, legitimar as ocupações de terra, como uma ação legal para os trabalhadores e para o Movimento, o ensino constituiu um dos meios para isso. Desse modo, os professores foram auxiliados por outros integrantes do Movimento e, entre as técnicas utilizadas na orientação das crianças, estava o ensino de canções, como o “Canto da Reforma Agrária”³⁰⁹. Mediante a recusa em se solucionar o

³⁰⁷ **Jornal Correio de Uberlândia**. MLT quer escola funcionando na Rio das Pedras. Ano 59, nº 17515, de 20/06/1997. p. 11.

³⁰⁸ Idem, Ibidem, p. 11.

³⁰⁹ **Jornal Correio de Uberlândia**. Assentados lutam por melhores condições. Ano 59, nº 17523, de 29/06/1997. p. 12.

problema escolar, a coordenadora do movimento, em reunião com a secretária de educação Ilar Garotti, informou que:

se nada for feito em relação ao transporte das crianças até o início de agosto, os acampados vão tomar medidas para pressionar o poder público. “Se ninguém fizer nada vamos promover mais uma ocupação. Por enquanto não posso dizer o que vai ser ocupado, mas esta é a única forma que temos para pressionar nossos governantes”³¹⁰.

Sem aulas, algumas crianças e adolescentes do acampamento supriam a falta da escola estudando por conta própria. Eduardo de Freitas, de 12 anos, fazia a 3ª série e parou de estudar no dia 13 de abril, um dia antes da ocupação. Este ressaltou que sentia muita falta da escola e, quando a saudade era muita, pegava os cadernos e livros e começava a estudar. Fabrício Silva, de 14 anos, também interrompeu os estudos quando estava na 5ª série, ao ir para o acampamento, de modo que salientou que era muito ruim ficar sem estudar, porque sabia que a falta do estudo era prejudicial para o seu futuro³¹¹. Depois de mais ou menos quatro meses sem aula, os alunos do acampamento voltaram a estudar. Conforme os relatos dos entrevistados, a Prefeitura Municipal de Uberlândia cedeu o transporte escolar para os alunos irem até as escolas públicas, sendo que a maioria deles passou a estudar na Fundação Educacional e Rural de Uberlândia - FERUB.

Nesta perspectiva, foram diversos os problemas enfrentados pelos trabalhadores sem-terra, durante o período em que estiveram acampados na Fazenda Rio das Pedras, no entanto, de modo geral, as relações no interior do acampamento foram múltiplas e permeadas pela solidariedade e ajuda mútua. Porém, não foram raras as reclamações no que se refere à relação entre os acampados e o próprio Movimento. Segundo Célia Umberlini, uma das ocupantes, os trabalhadores têm permanecido numa posição de submissão diante das lideranças do Movimento, o que, conforme a mesma, se expressou nos casos de questão financeira. Quando indagada sobre isso, salientou:

De querer que você largue tudo que é seu, o tempo todo tem que trabalhar para eles e aí quando a gente estava no acampamento é um tal de querer dinheiro. Agora se você vem para um acampamento é porque você não tem condição. E você tem que contribuir, só que assim, até a

³¹⁰ **Jornal Correio de Uberlândia**. MLT reivindica transporte. Ano 59, nº 17544, de 24/07/1997. p. 9.

³¹¹ Idem, Ibidem, p. 9.

contribuição vira exploração, porque é todo dia, todo dia. (...) numa época plantou mandioca e aí o movimento falou: vocês vão plantar tudo aqui e nós íamos ter dez por cento, sabe? E quando foi na hora de colher eles ficaram com cinquenta por cento, depois plantamos o milho e foi da mesma forma, o milho eles ainda ficaram com mais de cinquenta por cento. E eles quase não deram nada pra ninguém. Então, até os próprios acampados que estavam aqui, que fazia parte da direção do movimento não ajudava em nada. Por exemplo, disseram que ia fazer com a mandioca o seguinte: quantas caixas que eu arrancar, eu recebia X pela caixa arrancada, era a minha parte né. Aí tinha um tal de Júpiter que fazia parte lá da coordenação do movimento, não sei nem como é que foi a história direito, mas aí nós tava arrancando a mandioca, dando um duro danado, porque arrancar a mandioca aqui nessa época seca, não é fácil não. Aí eu parei no meio com o povo comentando, eu falei ali no meio da roça: Ah! Ele não pode ter parte, porque ele nunca veio dar uma enxadada, ele não tava ajudando nem arrancar a mandioca. Aí chegaram lá e contaram pra ele (...) no final ele ainda recebeu mais do que os outros. Aí tinha outras partes assim, a gente fazia o projetinho e a Kárita mandava o dinheiro (...) A Káritas é de uma instituição que manda o dinheiro para todos os acampamentos que ela contribui. Aí fez um projetinho de cinco mil reais. Aí eu vi o projeto lá, e a Káritas mandou comprar cinco mil reais de mercadorias pra colocar na cozinha e dividir, chegou as comprar, sabe? Numa caminhonete, numa pampinha, e eles conferindo a mercadoria pra colocar pra dentro, esse tal de Júpiter (...), aí eu falei assim: não vai mim deixar ver a nota? Ele respondeu: não é você quem tem que ver a nota não, quem tem que ver a nota é a doutora Marilda. Aí eu dei uma conferida na mercadoria que chegou e fui na rua e vi os preços de todas as mercadorias que chegou ali, era só mil e oitocentos de mercadorias que chegou ali, o resto eles pegou o dinheiro, o valor era de cinco mil, o projeto. Então, é nisso que a gente não concorda e por isso a gente pula fora, sabe? Porque rouba de pobre, de miseráveis, porque o povo quando vem pra cá, não é pobre só não, (...) é miséria total, quando pisa num tal de acampamento né. Vocês devem conhecer porque vocês já devem ter visto. E mesmo assim eles ainda roubam do povo que está ali na maior miséria. Nós partíamos um litro de óleo em cinco copos, pra dar para cinco casas, tinha famílias com nove pessoas, com um copinho de óleo e meio litro de arroz por dia. E o que eles conseguia lá fora, ao invés deles trazer, porque conseguia em nome do acampamento. Neguinho põe o dinheiro no bolso, não concordo mesmo³¹²!

Neste relato, notam-se, pelo menos, duas questões relevantes. Primeiramente, fica explícito o sentimento de exploração dos acampados, diante da relação mantida com o Movimento. De acordo com Célia, parte dos dirigentes do MLT aproveitou de sua posição social dentro do Movimento para se beneficiar, agindo de forma arbitrária, em detrimento

³¹² Célia Umberlini – Natural de Fernandópolis/SP. Moradora do assentamento. **Entrevista concedida à autora, em 15 de junho de 2006.** Uberlândia/MG.

dos trabalhadores, os quais foram, em sua ótica, usurpados de seus direitos. Em segundo lugar, tendo em vista a pluralidade de trabalhadores, verifica-se que a situação sócio-econômica dos acampados também foi e ainda tem sido bastante diversificada. No entanto, um traço é bem comum, ou seja, a maioria dos trabalhadores não dispõe nem ao menos do mínimo necessário à sobrevivência, necessitando, assim, da terra como meio de subsistência. Nesse sentido, as evidências apontam que pode haver algumas pessoas que se aproveitam da situação de penúria e carência dos trabalhadores excluídos e em busca do acesso à terra. No entanto, nota-se que as relações de convivência no âmbito interno do acampamento não se pautaram exclusivamente em conflitos internos, mas também em relações solidárias. Nessa multiplicidade de possibilidades, Célia enfatizou:

Como tem as partes muito ruins, tem umas boas também, pra mim o que eu nunca vou esquecer são as coisas que eu aprendi. Porque eu era muito eu, eu e eu. Então eu era muito individualista. Aqui eu aprendi a viver junto com as pessoas. Aqui eu aprendi a dividir, aqui eu aprendi a viver. Por exemplo, eu tinha a cesta da Transcol que durante os dois anos que o meu marido ficou encostado, a Transcol dava a cesta pra ele.(...) E quando eu pegava a cesta do INCRA eu fazia o seguinte: eu pegava a minha cesta e dividia com as famílias maior que tinha no acampamento, porque não dá pra você ver uma pessoa sem nada e ficar de braço cruzado, sabendo que a pessoa não tem, né? Eu aprendi assim, a dividir um quadro de sabão no meio para duas lavar vazia. Então, eu achei assim, que eu aprendi um bocado, graças a Deus, aprendi muito, porque esse negócio de eu e eu é muito triste, né³¹³!

Essa narrativa demonstra relações de solidariedade desencadeadas no interior do acampamento Rio das Pedras. Os trabalhadores sem-terra, tendo somente o mínimo para suprir suas necessidades imediatas, ainda assim, conseguiam dividir o pouco que lhes restavam. Do ponto de vista de alguns trabalhadores, alguns momentos vivenciados no acampamento foram vistos como exemplos de vida. Nesse sentido, o acampamento, além de ser um espaço geográfico, se torna um espaço de luta e de resistência, um espaço de conflito, tensões e embates, mas também de socialização, de novas aprendizagens no campo da sociabilidade, a partir do momento em que criam novos relacionamentos, e acima de tudo, novas amizades.

³¹³ Idem.

Entretanto, analisando as relações entre os assentados com o entorno da fazenda, a amizade e a simpatia da vizinhança foram, relativamente, raras, principalmente em função do preconceito contra os assentados, o que não quer dizer que não houve relações desse tipo, como pôde ser verificado nas ações de ajuda material de alguns proprietários vizinhos e mesmo de outras entidades e/ou instituições, como discutido anteriormente. E nas correlações de forças existentes no social, como em uma intrincada “colcha de retalhos”, na qual a narrativa é tecida por fragmentos de lembranças, Lismar rememorou sua experiência:

No acampamento tivemos dificuldade em tudo, dificuldade para arrumar escola para as crianças estudar, dificuldade de conviver com as pessoas, porque eles só falavam que era sem-terra, eles parecem que tinha medo da gente, o povo tratava a gente como se fosse um bicho, não era gente não, porque era da fazenda dos sem-terra. E quando a gente ia naquela prefeitura para falar com o prefeito, ah, era uma guerra! Pra vim uma máquina aqui pra arrumar uma estrada a gente ia lá, e aí pressionava ele, ele mandava fazer por cima e, quando a gente pensava que não, a máquina já tinha ido embora e a estrada ficava do mesmo jeito, quando foi um dia, nós a cercamos lá na sede e a gente falou: você só vai embora depois que você arrumar tudo, porque agora não vai sair nenhuma máquina daqui³¹⁴.

Nesse relato, percebe-se certa tristeza, devido às inúmeras dificuldades encontradas no decorrer da vida desta entrevistada. Mas, este fato não é algo isolado, pois, comumente, durante as entrevistas, outros moradores do assentamento Rio das Pedras, quando indagados a respeito de suas vidas, freqüentemente demonstraram em suas falas uma enorme nostalgia. Em contrapartida, este relato nos possibilita refletir acerca dos significados atribuídos por parte da sociedade aos trabalhadores sem-terra. Nesta perspectiva, perante muitas pessoas ou certos grupos sociais, os trabalhadores que reivindicam a terra, mediante as ações de ocupações que realizam no território nacional, são vistos como pessoas que usufruem o direito alheio. Nesta ótica, se tornam os desiguais, os diferentes, os quais devem ser ignorados, simplesmente pelo fato de estarem à margem do processo de inclusão social. Os embates atuais em torno da questão da cidadania, da luta por direitos perpassam princípios de inclusão e exclusão e se estruturam no direito à diferença. A exclusão é fruto das relações capitalistas que ocorrem no campo e na cidade.

³¹⁴ Lismar – moradora do assentamento. **Entrevista concedida à autora, em 09 de setembro de 2006.** Uberlândia/MG.

Assim, no mundo rural, as relações capitalistas também se fazem presente, pois as relações sociais ocorridas no campo não são reflexos das relações sociais vividas na cidade. No sistema capitalista, todas as relações sociais são mediatizadas em todos os lugares e âmbitos da sociedade.

Desse modo, nesse sistema capitalista, as oportunidades não são iguais para todos, o que deveria ser unânime, na prática se torna exceção, de modo que, contra este padrão, os movimentos sociais³¹⁵ se mobilizam e reivindicam melhorias em diversas áreas, como, por exemplo, na educação, saúde, habitação, trabalho, previdência social, lazer, entre outros, com o principal objetivo de obter melhor qualidade de vida. Segundo Arantes, “*os movimentos sociais têm produzido uma visível ampliação das esferas da vida social em relação às quais reivindicam-se direitos e explicitam-se deveres e responsabilidades de cidadania. Essa ampliação participa da construção dos novos sujeitos de direitos formadores da heterogeneidade social e política*”³¹⁶. Nesta perspectiva, talvez os movimentos sociais tendam, de certa forma, a desestabilizar os centros convencionais de poder, o que, possivelmente, fortaleceria as denominadas minorias sociais.

Todavia, apesar dos movimentos sociais lutarem em prol do reconhecimento de direitos, na busca pela cidadania, tal constatação não pode ser impedimento para uma visão crítica da atuação dos próprios movimentos em prol dos seus objetivos, de modo que, por vezes, ao contrário do que se pensa, na realidade, a análise das fontes de pesquisa leva a crer na existência de certa opressão dos movimentos sociais sobre os trabalhadores, percebidos, sobretudo, na atuação de lideranças. Por outro lado, ao ser observado atentamente o curso histórico e cultural da sociedade brasileira, indiscutivelmente, observa-se à existência de barreiras econômicas, políticas e culturais que devem ser transpostas, apesar dos empecilhos advindos de uma série de fatores sócio-culturais de várias ordens.

³¹⁵ Alguns exemplos de movimentos sociais no Brasil são “os movimentos contra a exclusão de base racial (...) pela legalização do aborto, o uso de drogas, a união civil entre homossexuais, a demarcação de territórios indígenas, a defesa do meio ambiente, etc. A polêmica em torno de reivindicações como estas vem projetando a luta pelos direitos de cidadania além das usuais questões de classe. Produzindo delineamentos mais específicos – e socialmente situados – daquilo que se define como direito, os movimentos sociais constituíram e legitimaram novos sujeitos políticos, deslocando (ou, como preferem alguns, *descentrando*) princípios totalizantes de estruturação (como é, por exemplo, o de classe social que, para muitos, sobrepujaria politicamente as diferenças étnicas e raciais, ou mesmo de gênero)” In: ARANTES, Antonio A. “Desigualdade e Diferença”. **Paisagens Paulistanas, transformações do espaço urbano**, Imprensa Oficial, 1999 p. 53.

³¹⁶ Idem, Ibidem, p 53.

Assim, tanto os movimentos sociais, como as entidades que procuram ou realizam ações no sentido de efetivar a cidadania e o direito na sociedade, todos esses grupos, necessariamente, precisam procurar transpor essas barreiras históricas.

Entre esses obstáculos, um é a existência de grupos sociais que se escondem por trás da figura eminente do Estado, disputando, incessantemente, a hegemonia política, social e cultural no seio da sociedade, com o objetivo de encontrar um “lugar ao sol”, onde possam usufruir as benesses que o status quo lhes proporcionam. Se para a maioria existe o “inferno”, sem dúvida, para alguns existe o “céu”. Semelhantemente, nesse regime político “democrático”, para as pessoas bem sucedidas, o que importa é prevalecer o direito à propriedade privada, nesse caso, da terra, ainda que a concentração de grandes extensões da mesma e a manutenção de sua improdutividade exclua do seu acesso parcelas significativas da população brasileira. Apesar dos valores capitalistas, dentre os quais, o apego à propriedade privada, se configurarem não apenas entre os latifundiários, mas, também, entre os trabalhadores que anseiam possuir terra, nota-se, todavia, uma diferença entre estes e aqueles, de tal modo que, diferentemente dos primeiros, os segundos, em grande parte, vêem a terra como um bem a ser usufruído para manter a sobrevivência e não como um meio que possa ser mantido meramente inutilizado e mediante o qual se mantêm privilégios e poder. Sendo assim, fica claro que os valores capitalistas estão presentes, igualmente, nos trabalhadores que lutam pelo acesso à terra no Brasil, situação perfeitamente compreensível, diante da existência relativamente longa do sistema do capital e da mentalidade individualista e mercadológica, firmada e arraigada nos imaginários sociais ao longo de sua história. Na construção desses valores, o mercado possui um papel crucial, decisivo e, porque não dizer, “divino”, pois é o mesmo que, direta ou indiretamente, controla e regula tudo. Assim, o “(...) *individualismo e a competitividade fazem parte de uma cultura mercadológica, hegemonicamente instalada na sociedade brasileira, e quiçá mundial (...)*”³¹⁷. Porém, torna-se necessário lembrar que o mercado não existe por si só, como muitos querem deixar transparecer, pois essa idéia de um mercado “natural/divino”, na realidade, tem sido construída e reconstruída historicamente no social pelos sujeitos históricos.

³¹⁷ ALMEIDA, Antônio de. Movimentos Sociais e Políticas Públicas de Reforma Agrária no Brasil: Conquistas e Percalços dos Trabalhadores na Luta pela Terra. **Anais do VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**. Equador. Nov./2006. CD ROOM. p. 12.

Contudo, os conservadores tentam neutralizar qualquer tipo de idéia contrária aos seus interesses de classe, incluindo, aí, as diversas manifestações populares, as ações dos sindicatos, bem como os movimentos sociais de diversas ordens que se fazem presentes na sociedade. Enquanto isso, os trabalhadores sem-terra, mais que quaisquer outros, convivem com a insegurança e corriqueiramente se vêem desprovidos dos bens materiais essenciais à manutenção de suas vidas. A partir daí, muitos trabalhadores, quando sentem a precariedade, a carência e a miséria, vão à luta e buscam novas alternativas de sobrevivência. Desse modo, pode-se dizer que a instabilidade vivenciada pelos sujeitos históricos, o sentimento de ansiedade, angústia e desespero fazem com que os trabalhadores lutem no dia-a-dia com o objetivo de legitimar e ampliar seus direitos. Nesta perspectiva, Odilon afirma: *“nós temos que lutar para fazer valer nosso direito constituído”³¹⁸ temos que ocupar, reivindicar, sabe? Porque se a gente cruzar os braços quem vai fazer para nós?”³¹⁹*. Diante das dificuldades encontradas, no meio urbano, Odilon mudou-se para o campo em busca de uma vida melhor.

Assim, percebe-se que há uma busca por melhores condições de vida, pelo reconhecimento da cidadania e, ao mesmo tempo, um descrédito em relação ao poder público instituído. Daí que alguns trabalhadores buscam o reconhecimento de sua cidadania através de diferentes modos de morar e viver e a ocupação de terras se apresenta como uma alternativa. Neste capítulo, a intenção foi mostrar essas ações de resistência e táticas de rompimento dos trabalhadores com a ordem política e social estabelecida, abordando, de um lado, a ação desses trabalhadores sem-terra, no sentido do seu acesso, e, de outro, a reação dos latifundiários a essas ações, seja mediante protesto, queima de bandeiras, elaboração de documentos reivindicando maior cerco e punição às ocupações de terra e, mesmo, na organização da guarda particular para zelar pela propriedade. Na sequência, buscou-se discutir ainda a atuação do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL, o qual realizou, no ano de 1997, sob a denominação de Movimento de Luta pela Terra - MLT, a ocupação da Fazenda Rio das Pedras. Acerca desse Movimento, foi possível constatar uma ideologia política voltada para a crítica do sistema capitalista e a defesa de

³¹⁸ A garantia do direito de propriedade está estabelecida no artigo 5º, XXII, da Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1995.

³¹⁹ Odilon Batista dos Santos – Morador do assentamento Rio das Pedras. **Entrevista concedida à autora, em 09 de setembro de 2006**. Uberlândia/MG.

uma sociedade socialista, reivindicando, entre outras coisas, o acesso à terra e melhor qualidade de vida, no campo e na cidade.

Apesar da luta que o Movimento realiza pela reforma agrária, junto aos trabalhadores, mediante as ocupações de terra, pôde-se constatar que, na prática, a relação entre os moradores do acampamento Rio das Pedras foi marcada, ao que os próprios trabalhadores indicam, por tensões e conflitos, ao passo que se perceberam, entre os trabalhadores, relações mediadas por ações de solidariedade e ajuda mútua. No que se refere às condições de vida durante a fase de acampamento, na fazenda, destacou-se a precariedade, as várias dificuldades materiais com que os acampados têm vivido desde os primeiros instantes que permaneceram na terra “conquistada”. Sobre o período do estabelecimento e estruturação do assentamento Rio das Pedras, o terceiro capítulo vem ao encontro do segundo, no sentido de retomar os acontecimentos que se seguiram à ocupação da fazenda.

TERCEIRO CAPÍTULO

OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: a estruturação do assentamento Rio das Pedras e a discussão acerca da reforma agrária

Assentamentos rurais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Partindo da constatação de que os acampamentos são peças-chaves, não apenas para a conquista da terra e para a construção dos assentamentos rurais, mas também para a ampliação da luta pela reforma agrária no território nacional, busco refletir, neste capítulo, mais detalhadamente acerca desses espaços, na medida, em que estes são a expressão do processo de intensificação da luta pela terra, em todo o território nacional, e, mais, especificamente no Estado de Minas Gerais. Neste verifica-se a conquista de várias áreas, pelos trabalhadores sem-terra, as quais foram transformadas em assentamentos rurais, fundamentalmente, a partir de meados da década de 1990, como se averigua na tabela a seguir:

TABELA 17 – TOTAL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO EM MINAS GERAIS, POR ANO – 1986-2002

ANO DE CRIAÇÃO	NÚMERO DE P.A.s	FAMÍLIAS ASSENTADAS
1986	3	449
1987	2	113
1988	3	170
1989	2	89
1990	0	0
1991	4	162
1992	7	288
1993	0	0
1994	2	127
1995	5	305
1996	21	934
1997	26	1.591
1998	25	2.018
1999	18	760
2000	11	602
2001	9	315
2002	8	361
TOTAL	146	8.284

Fonte: Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/MG, abril de 2003.

No ano de 1986, ocorreu o primeiro assentamento do Estado de Minas Gerais, atendendo 449 famílias, sendo que, nesta década, houve um número bastante reduzido de

assentamentos rurais, perfazendo um total de apenas 10 assentamentos. Todavia, os anos de 1990 a 1995 não se diferiram muito dos anos 1980, haja vista que nesse período totalizaram-se somente 18 projetos de assentamentos no estado mineiro. Ressalta-se, ainda, que no período de 1996 a 2002, ocorreu a maior incidência de assentamentos nessa região, perfazendo um total de 118 Projetos de Assentamentos – P.A.s, período, este, em que se encontrava no governo o presidente da república Fernando Henrique Cardoso, quando ocorreu o maior índice de assentamentos rurais no Brasil, no entanto, durante esse governo, grande parte das famílias assentadas eram posseiros, como visto anteriormente, no capítulo 1. Como se verifica, totalizaram-se 8.284 famílias assentadas no Estado de Minas Gerais, número significativo, porém, bem inferior aos 600.000 que, de acordo com o levantamento realizado pelo IBGE, corresponde ao total de famílias sem-terra, potencialmente beneficiárias da reforma agrária neste estado. Quanto à região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, as tabelas a seguir nos demonstram um indicativo dos projetos de assentamentos rurais realizados nessas regiões:

TABELA 18 – PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO TRIÂNGULO MINEIRO - 2003

MUNICÍPIO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	ANO DE CRIAÇÃO	MOVIMENTO	FAMÍLIAS	ÁREA (ha)
Limeira do Oeste	Iturama	1986	Fetaemg	131	2.492,00
Santa Vitória	Cruz e Macaúbas	1988	Fetaemg	35	713,00
Campo Florido	Nova Santo	1994	MLST	115	3.958,00
Gurinhata	Vargem do Touro	1996	MLST	21	615,00
Santa Vitória	Nova Sta. Inez	1996	Fetaemg	26	658,00
Santa Vitória	Porto Feliz	1996	Fetaemg	17	491,00
União de Minas	Pontal do Arantes	1997	Fetaemg	96	2.448,83
Campina Verde	Campo Belo	1997	Fetaemg	170	4.975,25
Santa Vitória	Paulo Freire	1998	MST	45	1.537,20
Uberlândia	Rio das Pedras	1998	MLST	87	1.141,86
Ituiutaba	Engenho da Serra	1998	MLST	60	2.574,10
Campina Verde	Primavera	1998	Fetaemg	36	881,78
Araguari	Bom Jardim	1999	Fetaemg	44	833,99
Campina Verde	S. José da Boa Vista	1999	MLST	40	1.113,60
Ituiutaba	Divisa	1999	Fetaemg	27	1.161,60
Ituiutaba	Chico Mendes	1999	Fetaemg	59	1.505,45
Uberlândia	Nova Palma	1999	MLST	15	455,92
Uberlândia	Palma da Babilônia	1999	MLST	13	458,32
Uberlândia	Zumbi dos Palmares	1999	MST	22	492,04
Araguari	Ezequias dos Reis	2000	Fetaemg	58	2.208,20
São Francisco	Queixada	2000	Fetaemg	13	411,22
Campina Verde	Nova São José da	2001	MLST	28	963,73
Ituiutaba	Douradinho	2001	Fetaemg	17	553,60
Uberaba	Maringá/Monte	2001	MLST	60	2.021,79
Gurinhata	Nova Rosada	2001	MLST	64	2.069,33
Santa Vitória	Nova Jubran	2002	Fetaemg	148	5.444,92
São Francisco	Boa Vista	2002	Fetaemg	16	464,64

Fonte: Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/MG e FETAEMG, abril de 2003.

TABELA 19 – PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO ALTO PARANAÍBA - 2003

MUNICÍPIO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	ANO DE CRIAÇÃO	MOVIMENTO	FAMÍLIAS	ÁREA (ha)
Perdizes	Guariba	1996	STR Araxá	42	1.045,00
Perdizes	Santa Luzia	1996	STR Araxá	50	1.364,00
Tapira	Nova Bom Jardim	1996	STR Araxá	20	1.099,00
Perdizes	Da mata	1997	STR Araxá	33	1.133,95
Rio Paranaíba	Gleba 119A	1997	Fetaemg	14	255,80
Ibiá	Morro Alto	1998	STR Araxá	40	1.356,28
Ibiá	Santo Antonio II	1998	STR Araxá	50	1.768,88
Ibiá	Treze de maio	1998	STR Araxá	10	392,02
Sacramento	Olhos D'Água	1998	MST	39	1.512,00
Coromandel	Cachoeira Dourada	1998	Fetaemg	12	572,63
Ibiá	Myrian	1999	STR Araxá	15	578,38
Nova Ponte	Itambé/Airão	1999	Fetaemg	11	434,43
Patrocínio	São Pedro	1999	Fetaemg	41	894,03
Serra do Salitre	Quebra-Anzol	1999	Fetaemg	37	1.284,63
Rio Paranaíba	Lago Azul	2000	Fetaemg	18	578,81

Fonte: Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/MG e FETAEMG, abril de 2003.

Como se constata nas tabelas 18 e 19, até o ano de 2003, foram assentadas, no total, 1.895 famílias na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, sendo: 1463 e 432 respectivamente. Além do mais, ressalta-se, ainda, que os movimentos mencionados acima são os que coordenaram os processos de ocupação das áreas citadas, o que necessariamente não quer dizer que estes movimentos ainda encontram-se coordenando as famílias assentadas. Não obstante, devo salientar que o MLST, aqui mencionado, corresponde ao movimento que posteriormente constituiu o MLST de Luta e que, atualmente, se encontra vinculado ao MTL, como visto anteriormente no capítulo 2. Nota-se, também, que este Movimento está ligado diretamente ao objeto de pesquisa, o assentamento Rio das Pedras. Ademais, os assentamentos relacionados à FETAEMG são aqueles conquistados com o apoio dos STRs. Porém, o STR de Araxá é apresentado à parte, considerando, assim, suas especificidades.

Todavia, verifica-se que o primeiro assentamento da região do Triângulo Mineiro foi fundado no ano de 1986, no município de Iturama, onde foram assentadas 131 famílias, porém, como visto anteriormente, essa década, em termos de assentamentos rurais, foi essencial para que houvesse a intensificação das lutas no campo. Entretanto, foi somente em meados dos anos de 1990 que a maior parte dos assentamentos foram conquistados pelos trabalhadores sem-terra, simbolizando, portanto, o avanço da luta social no campo.

De modo geral, os dados, também, revelam que os assentamentos foram consolidados em áreas relativamente pequenas, comparando-se aos grandes latifúndios da região, de modo que não é possível atender a uma grande demanda de famílias necessitadas da terra como meio de subsistência. No Triângulo Mineiro, de um total de 27 assentamentos, 6 possuem menos de 20 famílias assentadas; 10 agrupam entre 20 e 50 famílias; 7 entre 51 e 100 famílias; e somente em 4 assentamentos foi possível assentar um número acima de 100 famílias, ou seja, aproximadamente 14%. Ressalta, ainda, que os grandes latifúndios, para serem desapropriados, geralmente, demandam uma luta mais intensa, duradoura, como, por exemplo, no caso das fazendas Jubran e de Campo Florido, que se estenderam por cerca de 5 anos.

Ainda, conforme as tabelas 18 e 19, os 42 assentamentos da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba correspondem a uma área total de 56.914,21 hectares. Para se ter uma idéia, somente no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER, programa público, criado em 1978, implementado na região do cerrado mineiro, caracterizando-se por seu caráter “monopolista, conservador e excludente”, foram adquiridas 70.000 hectares no cerrado mineiro para a implantação dos projetos. O Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP, implementado nos anos de 1973 e 1974, residiu no assentamento de agricultores descendentes de imigrantes japoneses, em terras desapropriadas pelo Estado, nos municípios do Rio Paranaíba, Campo Altos, São Gotardo e Ibiá (Alto Paranaíba), incluindo, ainda, crédito subsidiado, construção de estradas e habitações, entre outros. Este programa atingiu uma área de 60.000 hectares. Já o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO, criado em 1975, no interior das estratégias propostas no II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, tendo, entre seus beneficiários, fundamentalmente os grandes proprietários, atingiu uma área de 248.410 hectares. Por sua vez, o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados - PCI, fundado em 1972, criado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, com o objetivo de estimular a expansão da agricultura modernizada nos cerrados, promoveu, em especial, o incremento da produção de soja e café. Como resultado desse programa, ampliaram-se o consumo de maquinário e insumos agrícolas modernos, ocorrendo a incorporação produtiva de uma vasta quantidade de terras, sendo que a agropecuária, no Estado, atingiu 88.600

hectares, distribuídos entre o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba. Assim, o total de áreas disponibilizadas para a criação de assentamentos rurais corresponde apenas a 12% dos cerca de 467 mil hectares atingidos nos anos de 1970, pelos projetos governamentais de modernização do cerrado³²⁰.

Nesta perspectiva, considerando, ainda, todos os Projetos de Assentamentos rurais de Minas Gerais, a área total desapropriada é de 455 mil hectares. Todavia, de acordo com o INCRA, mais de 6 milhões de hectares constituem áreas do estado que estão distribuídas em propriedades que possuem mais de 2.000 hectares. Os latifúndios ocupam, assim, mais de 10% das áreas do estado, que totalizam quase 59 milhões de hectares. Isto posto, conclui-se que a política de assentamentos rurais, que vem ocorrendo no país, está bem distante de um efetivo processo de reforma agrária. Segundo Guimarães, à medida que as lutas desencadeadas pelos movimentos sociais avançam, o espaço rural brasileiro, marcado pela concentração fundiária e pela espoliação capitalista excludente, vai sendo, paulatinamente, reterritorializado, abrindo perspectivas para novas territorialidades³²¹.

Entretanto, apesar do número reduzido de famílias beneficiadas com os Projetos de Assentamentos, as conquistas da terra têm produzido a ampliação das lutas dos trabalhadores, sobretudo, no campo, de modo que redimensionam-se as experiências, as práticas e as estratégias de luta, aumentando, conseqüentemente, o poder de pressão dos trabalhadores. Nesse sentido, a obtenção do acesso à terra, pelos trabalhadores que ocuparam a Fazenda Rio das Pedras, faz parte deste processo de luta mais ampla.

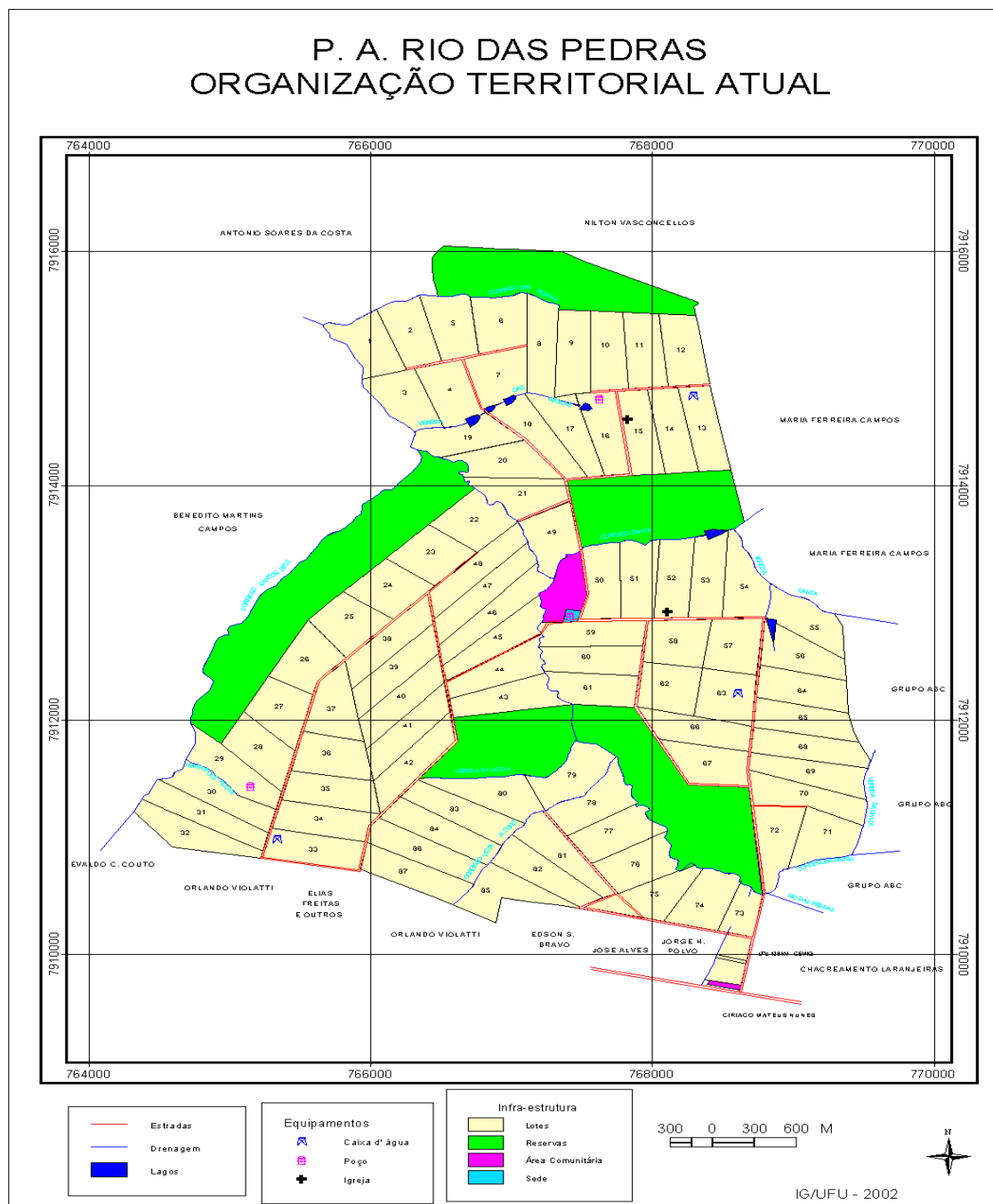
Assentamento Rio das Pedras e políticas públicas

A conquista da terra marca o ponto de partida de novas lutas travadas no plano interno e externo, agora imbricadas na consolidação da posse da terra, em especial, no que tange às formas de produção e infra-estrutura social e política. Após o término dos trâmites legais, a fazenda Rio das Pedras foi desapropriada e o Projeto de Assentamento foi criado

³²⁰ SILVA, P. J. op. cit., 2002, p.2.

³²¹ GUIMARÃES, Leticia de Castro, op. cit., 2002, p. 13.

por portaria publicada em 08 de abril de 1998³²². Observemos o mapa do Assentamento Rio das Pedras.



Fonte: Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras.

³²² Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, op. cit., p. 5.

Iniciou-se, em meados deste mesmo ano, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, um processo de escolha das famílias que seriam assentadas no local. Dentre as 115 famílias acampadas nesta fazenda, mediante o levantamento e a pesquisa realizada pelo INCRA junto às famílias, apenas 87 delas foram assentadas. De acordo com Juaris, atual presidente da Associação dos Moradores do Assentamento Rio das Pedras, as demais famílias que ocuparam a Fazenda Rio das Pedras e não conseguiram ser contempladas com o acesso à terra neste local, foram assentadas em outras fazendas da região, as quais foram ocupadas por integrantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST³²³.

Para a escolha das famílias a serem assentadas, Lismar, uma das ocupantes da Fazenda Rio das Pedras, acredita que o INCRA utilizou o critério sócio-econômico para avaliar, bem como definir quais as famílias que seriam assentadas. Este foi um dos pontos observados por ela durante a entrevista realizada por este órgão governamental, junto às famílias acampadas. Outro aspecto destacado pela entrevistada se refere ao tipo de atividades agropecuárias executadas pelos trabalhadores sem-terra e o tempo em que cada trabalhador se relacionou diretamente com as “coisas da roça”, ou seja, o vínculo direto do trabalhador com a terra³²⁴. Apesar de haver estes critérios, as evidências demonstram que algumas das famílias assentadas não possuíam vínculo direto com a terra e utilizaram táticas para serem beneficiadas e adquirir um imóvel rural.

De acordo com alguns depoimentos, houve algumas pessoas que já haviam sido assentadas anteriormente em outros locais e conseguiram, em nome de seus familiares, obter novamente o lote. Acresça-se que, não raro, após serem assentados, estes foram os primeiros a se desfazerem do terreno conquistado. De acordo com Juaris de Souza, presidente da Associação de Moradores do Assentamento Rio das Pedras, no ano de 2006, cerca de 34, dos 87 beneficiados, já haviam vendido seus lotes, ou seja, em torno de 39%³²⁵.

³²³ Juaris de Souza - Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda e atual presidente da Associação dos Moradores do Assentamento Rio das Pedras. **Entrevista concedida à autora, em 15 de junho de 2006.** Uberlândia/MG.

³²⁴ Lismar – Moradora do assentamento Rio das Pedras. **Entrevista concedida à autora, em 09 de setembro de 2006.** Uberlândia/MG.

³²⁵ **Jornal Correio de Uberlândia.** Assentamentos viram favelas rurais. 29/01/2006, p. b3.

Apesar de ocorrer negociações irregulares, haja vista que uma das cláusulas do contrato de assentamento diz que o lote destinado à reforma agrária não pode ser vendido, alugado nem arrendado, por um período de 10 anos, constata-se que a precariedade a que se submetem as famílias, após estarem assentadas, não raras vezes, auxilia, sobremaneira, para que ocorram tais negociações. Além do mais, destaca-se, ainda, que, após a delimitação dos lotes e legalização do assentamento, os trabalhadores sem-terra tornam-se proprietários de terra, a terra passa a ser de posse individual e os trabalhadores, vivendo e morando no assentamento, a partir de novas relações, mudam seus hábitos e condutas, em suma, seu modo de vida.

Disso decorre, sobretudo, que se geram novas necessidades, novos desafios e, por vezes, novas contradições, pois, ao estarem no assentamento, criam-se novas relações, permeadas de conflitos e antagonismos. O assentamento, que faz parte da política pública do Estado, caracteriza-se, acima de tudo, como o fim último das ações de conquista e ponto de partida para novas lutas. A partir da conquista, há a distribuição de lotes às famílias assentadas, para que estas possam produzir. No entanto, é relevante ressaltar que o tamanho do lote não é igual para todos, pois este se difere em função principalmente da qualidade da terra onde se encontra o lote. Os assentados, na Fazenda Rio das Pedras, ficaram com uma área média de 21,94 ha³²⁶, bem como receberam recursos advindos do INCRA, mediante o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

O PRONAF é o Programa do Governo Federal para apoiar o desenvolvimento rural sustentável, fortalecendo a agricultura familiar³²⁷ por meio de financiamentos aos agricultores, suas associações e cooperativas³²⁸. Este programa foi criado no ano de 1995, durante o governo FHC, e elaborado em parceria com o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF; do Governo do Estado de Minas Gerais, por Meio da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; da Federação dos Trabalhadores na

³²⁶ **Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras**, op. cit., p. 16.

³²⁷ A agricultura familiar é uma forma de produção em que os próprios agricultores e suas famílias cuidam de tudo. Bastante diversificada e geradora de emprego e renda, é responsável por grande parte do milho, da mandioca, do leite e do feijão produzidos no Brasil. **Plano Safra – 2004/2005**. 7 Bilhões de reais para a agricultura familiar. Secretaria de Agricultura Familiar – SAF/Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

³²⁸ Idem, Ibidem.

Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG; do Banco do Brasil; do Banco do Nordeste; do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB e do Gabinete do Deputado Estadual Padre João.

O PRONAF financia investimentos para implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários realizados na propriedade rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. Para tanto, é necessário que haja um projeto elaborado de comum acordo entre a família e o técnico responsável. O custeio agropecuário para o desenvolvimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias é de acordo com a proposta de financiamento ou projeto elaborado.

Para obter o financiamento do PRONAF, os agricultores familiares devem atender às seguintes condições: produzir na terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou assentado do Programa Nacional de Reforma Agrária; residir na propriedade ou em local próximo; ter no trabalho familiar a base da produção; possuir no máximo 4 módulos fiscais (ou 6 módulos se for para atividade pecuária); ter pelo menos 80% da renda familiar gerada na propriedade rural, além de uma renda brutal anual compatível com os critérios do PRONAF. O governo, através do Programa de Compras Públicas da Agricultura Familiar, investe na aquisição de cinco produtos básicos: arroz, feijão, milho, mandioca e trigo.

Segundo Teixeira, este programa constitui, na prática, uma medida compensatória, lançada no bojo das medidas para o financiamento da safra 1996/1997. Entretanto, inúmeros problemas foram detectados em sua execução, entre eles, pode-se destacar: que dos já pouco mais de 50% dos recursos prometidos, (R\$1 bilhão) para o ano de 1996, valor já insuficiente para atender as necessidades dos pequenos produtores rurais, somente (R\$570 milhões) foram investidos; os financiamentos de custeio com recursos do programa, divulgados para a opinião pública como um esforço do governo em direcionar linha favorecida de empréstimos para a agricultura familiar, apresentaram encargos totais superiores às taxas que aferem o processo inflacionário; o posicionamento da maioria dos próprios bancos oficiais, na execução dos programas, além de descumprirem muitas de suas regras, só financiam os produtores integrados a empresas agroindustriais ou a cooperativas por elas controladas. Nesse sentido, *“quer dizer, além de um evidente desvio de finalidade por estimular a forma mais moderna de exploração da pequena produção, os recursos do*

*PRONAF vêm, na verdade, servindo para desobrigar as empresas agroindustriais do financiamento dos seus 'produtores terceirizados'*³²⁹”.

No que tange ao assentamento Rio das Pedras, O PRONAF destinou recursos para cada família, a saber: R\$ 7.500,00 para investimento, no ano de 1999/2000, mais R\$ 2.000,00 para custeio, em 2000/2001. O INCRA disponibilizou R\$ 1.025,00 para fomento, R\$ 400,00 para alimentação e R\$ 2.500,00 para habitação. O PROCERA disponibilizou R\$ 2.000,00 para custeio, no ano de 1998/99. Totalizando, portanto, R\$ 15.425,00³³⁰. A média de endividamento total, por assentado, junto ao Banco do Brasil foi de R\$ 11.500,00, entre custeio e investimento. A estes valores são acrescentados os juros e descontadas as reduções entre 40 e 70%. Todas as dívidas dos assentados, bem como dos pequenos produtores da Agricultura Familiar, passam por um processo de repactuação. Os financiamentos são estudados caso a caso, com a aplicação de novos índices de abatimento e novos prazos, os quais podem chegar até 15 anos³³¹.

Todavia, de acordo com as narrativas dos entrevistados, o capital advindo dos financiamentos realizados pelos órgãos governamentais não é suficiente para custear a produção. Salientam que, normalmente, os recursos demoram a chegar e quando chegam já não são suficientes para suprir suas necessidades básicas. Além do mais, cumpre enfatizar que o crédito obtido do governo, às vezes, é aplicado em outras necessidades imediatas dos assentados: moradia, alimentação, bem como sanar dívidas realizadas durante o período em que estavam acampados.

Ressalta-se, ainda, que os trabalhadores, ao receberem os recursos advindos dos órgãos governamentais, não recebem, simultaneamente, orientações técnicas relativas ao modo de se trabalhar a terra, para que estes possam fazê-la produzir e, conseqüentemente, atenuar seus problemas financeiros. Outro fator relevante se refere à falta de experiência de muitos dos assentados, nas questões relativas ao manuseio da terra, pois a maioria morava e vivia na cidade, exercendo funções urbanas, as quais são completamente distintas das atividades do ramo agropecuário.

³²⁹ TEIXEIRA, Gerson. **Fatos e mitos da política agrícola do governo FHC**. São Paulo, 1997, p. 3.

³³⁰ **Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras**, op. cit., p. 18.

³³¹ Idem, Ibidem, p. 18.

Poder, desafios e conflitos nos processos de organização do Assentamento Rio das Pedras

No ano de 2002, das 87 famílias assentadas na Fazenda Rio das Pedras, 83 delas foram pesquisadas durante o trabalho de campo realizado para a execução do Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras. Perfazendo um total de 315 moradores, de ambos os sexos, assim distribuídos: 154 adultos, na faixa etária de 22 a 60 anos; 15 idosos, na faixa etária acima de 60 anos; 70 adolescentes e jovens, na faixa etária de 12 a 21 anos; e 76 crianças, na faixa etária de 0 a 12 anos. Assim, cerca de 60% da população do assentamento era formada por crianças e adolescentes.

Com relação à escolaridade dos assentados, a maioria dos adultos não concluiu a 4ª série do 1º grau e/ou são analfabetos, a saber: 27 não concluíram a 4ª série; 22 concluíram a 4ª série; 18 não concluíram a 8ª série; e 13 são analfabetos. Destes, 26 gostariam de retornar aos estudos, 10 não optaram e 8 afirmaram não ter nenhum interesse³³². Ademais, na maioria das vezes, a não conclusão dos estudos se relaciona à necessidade das pessoas de trabalhar para ajudar no sustento dos familiares. Sem ter outra alternativa viável e imediata, geralmente, os pais retiram os filhos da escola e os colocam para trabalhar em diversas atividades no ramo informal, fazendo com que, na maioria das vezes, este se torne subempregados na cidade e recebam baixos salários, ou ainda, auxiliem os pais nas atividades voltadas para o campo.

No início da fundação do assentamento em questão, após as famílias estarem em seus lotes, o primeiro passo dado pelos assentados perpassou a busca de novas alternativas viáveis de se organizarem no social, tendo em vista seu “novo” modo de viver e morar. No que tange a essa organização, foram montados, no assentamento, três organizações formais: uma associação dos assentados, com a participação de todas as famílias; uma associação de mulheres, com a participação de 32 famílias; e uma cooperativa em fase de estruturação, que contava com 60 cooperados no momento da elaboração do Plano de Consolidação do Assentamento³³³. Porém, os depoimentos dos entrevistados evidenciaram que as três formas de organização social, implementada pelo Movimento junto aos assentados, na prática, não existem mais, ou permanecem de forma bastante limitada, em função, sobretudo, da

³³² Idem, Ibidem, p. 25.

³³³ Idem, Ibidem, p. 16.

ausência de capital, da incompatibilidade e diversidade de interesses existentes no interior do assentamento.

Todavia, todos os moradores deveriam participar ativamente da Associação de Moradores do Assentamento, normalmente a primeira instituição formal constituída pelos assentados, haja vista que o principal objetivo de se fundar essa associação é debater e solucionar os problemas referentes ao assentamento, assim, essa associação deveria ser exemplo de eficácia e eficiência. No entanto, por parte dos moradores, verifica-se que não há uma participação efetiva, de modo que apenas alguns poucos assentados ainda freqüentam as reuniões. Em geral, os moradores, que ainda se dispõem a freqüentar, mais ativamente, as reuniões realizadas na sede do assentamento, são as pessoas que compraram dos assentados o direito ao lote, após a legalização do assentamento. No entanto, o problema não se constata apenas na Associação de Moradores, pois na Associação de Mulheres a situação é ainda mais grave, uma vez que pela ausência de participantes, pode-se dizer que esta se encontra circunscrita apenas aos papéis. Já a cooperativa foi desativada antes mesmo de iniciar seu funcionamento.

Dentre os vários motivos que impedem os trabalhadores de participarem das reuniões, um aspecto bastante enfatizado pelos entrevistados é a questão da não identificação com o grupo, como ocorria anteriormente, durante a fase da ocupação, haja vista que os assentados que ainda participam com mais afinco das reuniões ocorridas no assentamento, em sua maioria, não são as mesmas pessoas que conviveram conjuntamente no período em que estiveram acampadas. Esta questão nos remete a pensar que, entre os trabalhadores sem-terra, há códigos de pertencimento. Porém, esse código, nos meandros das relações sociais, mediante a aquisição do lote e a imposição de novas relações pautadas em novas regras, normas, condutas, enfim, novas práticas sociais foram sendo modificados no social.

Além desse fator mencionado, há outros fatores ressaltados pelos entrevistados, como a questão do transporte. Até mesmo porque a maioria dos moradores não possui meios de condução própria. Assim sendo, a única alternativa que lhes resta, para se deslocarem até a sede, local onde se realizam as reuniões, é ir à pé ou pedir carona para os vizinhos que possuem estes meios. Além do mais, acreditam que ir às reuniões é despender tempo, o qual é necessário na lida diária na roça. Acresça-se a isto que os trabalhadores

sem-terra, ao se tornarem proprietários de terra, estabelecem novas relações no âmbito interno e externo. Desse modo, na busca de um ajuste de sua situação, enquanto pequeno produtor rural, inserido em um contexto de produção e mercado, estes trabalhadores evidenciam outras condições e expectativas de vida. Diante disso, no jogo de relações sociais, no seu novo modo de vida, predominam as práticas individuais em detrimento das práticas coletivas vivenciadas no acampamento. Essa mudança, em certa medida, desfaz o elo que ligava os trabalhadores sem-terra, uma vez que a luta pela terra deixa de existir. Assim, se desfaz o código de pertencimento que unia os trabalhadores em um mesmo objetivo, em um único laço.

Isso se evidencia, quando detectamos a ausência de práticas coletivas voltadas para a produção no interior do assentamento, no entanto, tal fato, não exclui que ocorram práticas isoladas de ajuda mútua entre uma e outra família. Porém, ressalta-se que o único momento em que os trabalhadores sem-terra conseguiram se juntar em um projeto comum, efetivando uma experiência de produção e comercialização, tendo como base a forma comunitária, coletiva, socializando o trabalho e o capital, foi na época em que ainda estavam acampados, embaixo das lonas pretas. Momento, este, em que várias famílias se uniram, se organizaram em grupos e produziram diversos tipos de hortaliças, e foram utilizados no consumo interno e o excedente da produção foi comercializado.

Assim sendo, verifica-se que até o presente momento, no assentamento, não se evidenciam práticas que norteiam princípios básicos de cooperação e colaboração, na perspectiva enfatizada pelo Movimento Terra, Trabalho e Liberdade – MTL. Tal conduta foi vivenciada pelos trabalhadores somente no período de acampamento. Percebe-se, assim, que após a distribuição dos lotes aos trabalhadores sem-terra, este tipo de experiência foi se esfacelando, de modo que ocorreram apenas duas tentativas de trabalho coletivo: uma, na safra 1998/99, e outra, na formação de um viveiro de mudas. No entanto, ambas as tentativas foram fracassadas e abandonadas em função de diversos motivos, entre os quais, destaca-se a opção da maioria por trabalhos realizados de forma individual.

Nesta perspectiva, constata-se que há, por parte dos dirigentes do MTL, a ênfase na luta em prol do acesso à terra e da efetivação da reforma agrária, baseado na auto-sustentação financeira dos trabalhadores, a partir das fazendas e estruturas conquistadas, bem como da defesa de uma nova organização social e econômica nos assentamentos,

fundamentada na produção coletiva, traduzida nas Empresas Rurais Comunitárias³³⁴. No entanto, na prática cotidiana dos assentados, tais questões não se efetivam, não se aplicam na realidade, até mesmo porque os anseios e as expectativas dos trabalhadores são antagônicos aos interesses dos dirigentes do Movimento, pois, enquanto as lideranças priorizam, no assentamento, o trabalho voltado para a produção de forma coletiva, que congregue todas as famílias assentadas, por outro lado, os assentados, diferentemente, optaram, desde a divisão dos lotes, por trabalhos individuais, mediante a agricultura familiar. Salienta-se, ainda, que, apesar do movimento ter como um de seus princípios básicos: *“garantir o controle do processo de trabalho, organizar a produção de modo sustentado, beneficiar os produtos e garantir seu escoamento e sua realização, enfim, estruturar solidamente uma cadeia produtiva”*³³⁵, como uma questão de sobrevivência e de alternativa para os excluídos do mundo do trabalho formal, este trabalho não é realizado, pois os trabalhadores, em sua maioria, não detêm conhecimentos de práticas associativas.

Além do mais, em geral, no âmbito interno e externo, há interesses específicos, singulares que estão em jogo no social. Em particular, o ponto central que deve ser observado no nível interno diz respeito às relações desencadeadas dentro do próprio assentamento, uma vez que os trabalhadores travam uma luta concorrencial, decorrente de relações de poder existentes no seu interior. Evidencia-se, ainda, que os trabalhadores argumentaram que, tanto as associações, quanto os projetos desenvolvidos dentro da perspectiva da coletividade, não solucionavam as questões imediatas dos assentados, pois as diversas tentativas de resolver os problemas dos moradores do assentamento ficavam apenas nas discussões e debates, na prática, os rearranjos encontrados para sanar as necessidades dos assentados não se consolidavam.

Outro agravante que dificulta a realização da produção de forma coletiva é que, ao conquistar a terra, os assentados se tornam proprietários de um bem privado. Este fato traz uma série de implicações sociais, até porque o viver na terra é bem distinto do viver na propriedade alheia. A maioria das famílias, ao conquistar a terra, não se sujeita a uma série de regras fixadas para elas, como, por exemplo, a forma de explorar a terra, que geralmente é colocada por “outros”. Delineia-se, desse modo, que o fato de se terem postos como

³³⁴ **MANIFESTO agosto 2002**. op. cit., p. 18.

³³⁵ Idem, Ibidem, p. 11-12.

iguais, no momento da ocupação da fazenda Rio das Pedras, na hora da luta pela terra, não significa necessariamente a disposição destes em se estruturar de forma coletiva. Esta demanda uma organização social específica, voltada para a produção e para o mercado, diversa da organização individual. Mesmo porque, a perspectiva de construção de uma coletividade rural, de produtores em cooperação, não é necessariamente produto da vontade dos trabalhadores, mas, sim, algo forjado, principalmente, pelas lideranças do Movimento. Além do mais, uma questão que salta aos olhos, como elemento central nos depoimentos das pessoas entrevistadas, é o ideal de autonomia que almejam, denotando o sentido abrangente do termo. Nessa ótica, o assentamento Rio das Pedras aparece, sobretudo, como espaço de diferenciação econômica, política e cultural, enfim, de embates, tensões, antagonismos e disputas sociais.

Nesta perspectiva de análise, estes fatores podem ter dificultado, sobremaneira, para que os projetos desenvolvidos no assentamento, de forma coletiva, não obtivessem um desempenho satisfatório. Ao mesmo tempo, tais fatores impediram o crescimento do assentamento em termos produtivos e, conseqüentemente, como força política. Apesar de haver inúmeros desafios encontrados pelos assentados para trabalhar de forma coletiva, no interior do assentamento, ressalta-se que a disponibilidade de mão-de-obra não é escassa. Pelo contrário, cerca de 54% das pessoas que residem no assentamento compõem a população economicamente ativa³³⁶. No entanto, nem todos os assentados trabalham no interior do assentamento, em torno de 20% dos assentados adultos trabalham de empreita em serviços de roças e na cidade. Nesta, realizam diversas atividades profissionais em vários ramos, sobretudo, na área da construção civil, prestando serviços de pedreiro e servente. Estes assentados que prestam serviços na cidade, ou seja, trabalham fora de sua propriedade rural, geralmente desenvolvem atividades sem carteira assinada, são contratados informalmente. Além disso, percebe-se que, entre os assentados, as relações de parceria e meeiro são quase inexistentes. Por outro lado, analisando as famílias que trabalham em suas propriedades, no interior do assentamento, verifica-se que a maioria delas lida com a pecuária. Esta atividade, quando realizada por famílias que se ocupam com um grande quantitativo de cabeças de gado, demanda boa parte da mão-de-obra familiar,

³³⁶ **Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras**, op. cit., p. 16.

durante todo o ano. Porém, naquelas em que o número de cabeças de gado é baixo, com duas ou três vacas, a ocupação da mão-de-obra é bastante limitada³³⁷.

A criação de gado, no assentamento, é voltada, especialmente, para a produção de leite, com rebanhos de baixo padrão genético, em criação extensiva e com produtividade média de 4,8 litros por vaca, com uma variação de 2 a 9 litros/vaca. Somente 16 assentados fazem uso de capineira e cana para alimentação do gado, com áreas médias variando de 1 a 2 hectares. Poucos fazem uso de sal mineral e todos fazem as vacinações com o acompanhamento da Secretaria de Agricultura do Município de Uberlândia. Cerca de 75% das famílias têm gado em seus lotes, sendo: 15 famílias que possuem menos de 5 vacas, neste caso, a produção do leite é para o consumo familiar e vendem apenas algum excedente; 18 famílias têm entre 5 e 10 vacas e o leite é para venda e consumo; 28 famílias têm mais de 10 vacas e a produção do leite é voltada para o mercado; e somente 13 famílias exploram exclusivamente a pecuária de leite³³⁸.

Desse modo, as famílias que lidam exclusivamente com as culturas de subsistência perfazem, no assentamento, apenas uma reduzida minoria. Até mesmo porque a mão-de-obra neste caso é ocupada, sobretudo, nos meses de setembro a janeiro, com plantio, tratos culturais e colheitas. Mas, no período de entressafra, entre os meses de fevereiro a agosto, os trabalhadores geralmente ficam ociosos ou procuram outros locais de trabalho como meio de aumentar a renda. Apesar do baixo índice de famílias que lidam com as culturas de subsistência, durante a elaboração do Projeto de Assentamento, foram identificados, em seu interior, três sistemas de produção predominantes. Estes não se diferem quanto ao nível tecnológico, mas, sim, em relação ao tipo de atividade desenvolvida. Com base nesses sistemas, os produtores do assentamento foram agrupados em três grupos distintos, a saber:

No primeiro grupo, as famílias que se voltam predominantemente ao cultivo e criação de animais para subsistência. Cultivam em média 1,0 hectare de mandioca, 1,3 hectare de milho, 0,5 hectare de arroz, 0,1 hectare de feijão e têm, em média, quatro matrizes de gado leiteiro, com produção média de 4 litros de leite/vaca/dia. Das 31 famílias enquadradas nesse grupo, nove delas cultivam esporadicamente e não se dedicam à criação

³³⁷ Célia Umberlini – Natural de Fernandópolis/SP, moradora do assentamento. **Entrevista concedida à autora, em 15 de junho de 2006.** Uberlândia/MG.

³³⁸ **Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras**, op. cit., p. 21-22.
Idem, Ibidem, p. 21-22.

de animais. Portanto, estas famílias dependem de outro tipo de renda não proveniente da propriedade rural. O segundo grupo é de produtores cuja renda é proveniente predominantemente da criação de gado de leite, sendo que cada família possui em média 13 cabeças de gado, com uma produção de 5 litros de leite/vaca/dia. Encontram-se, nesse perfil, 31 famílias. Destas, cerca de 13 famílias dependem exclusivamente dessa atividade, o restante possui algum tipo de cultivo de mandioca, milho e/ou de arroz para subsistência. Já no terceiro grupo, as famílias cultivam olerícolas (abóbora, quiabo, pepino, jiló e melancia), bem como algumas culturas de subsistência. Encontram-se, nesse grupo, 10 famílias, as quais dependem primordialmente da olericultura, com uma área média de 0,8 hectare. A organização produtiva desse subsistema tem como base a agricultura familiar, isto é, o trabalho está apoiado exclusivamente na mão-de-obra familiar. O subsistema de cultivo é, predominantemente, de subsistência, com o plantio de arroz, milho, feijão e mandioca, explorados de forma individual em pequenas áreas, variando de 0,5, a 6,0 hectares, com baixas produtividades, baixo nível tecnológico e a comercialização do excedente³³⁹.

O plantio ocorre no início das chuvas, entre os meses de outubro e dezembro, e a colheita entre os meses de fevereiro e março. Mesmo com a incipiente prática de culturas de subsistência presentes no interior do assentamento, é relevante frisar que as sementes utilizadas no cultivo do milho, geralmente, são híbridas e somente alguns assentados fazem uso de sementes de variedades; na cultura do arroz, comumente, usam sementes próprias ou compradas de outros produtores da região; na cultura da mandioca, a maioria utiliza suas próprias ramas e alguns os adquirem fora do assentamento; na cultura do feijão, usam sementes próprias ou compram sementes fora. A maioria dos assentados usa adubação química sem recomendação e acompanhamento técnico. Poucos corrigem ou corrigiram os solos com calcário. Em função da maioria dos assentados lidarem com a pecuária, apenas uma pequena parcela dos assentados utiliza maquinários agrícolas. Nestes casos, a mecanização se dá, principalmente, com a prática da aração, gradagem, sulcamento e plantio mecanizado, com equipamentos próprios, alugados ou com o apoio da patrulha mecanizada da Secretaria de Agropecuária do município. No tocante à irrigação, apenas os

³³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 20.

assentados produtores de olerícolas a praticam, sendo que a maioria, por sulco, de forma rudimentar e artesanal, alguns poucos utilizam aspersores.

Em geral, os solos presentes na porção oeste do município de Uberlândia, onde se localiza o Assentamento Rio das Pedras, possuem baixa fertilidade e são rasos. No assentamento, predominam os seguintes solos: Latossolo Vermelho Escuro Álico (fase cerrado e cerradão plano a suave ondulado, 57%); Latossolo Vermelho Escuro (ondulado morros e escarpas de solos rasos, 17,87%); e Gley Húmico (massapé de várzeas e aluviais 23,95%). Quanto à capacidade de uso destes solos, foram agrupados em classes³⁴⁰: II, III, IV, V e VI, perfazendo, respectivamente, 20,07%, 35,74%, 27,93%, 4,35% e 1,89% da área³⁴¹. A baixa qualidade da terra desapropriada também tem sido um importante fator limitativo para se desenvolver a atividade agrícola. Apesar dos resultados da produção depender, em certa medida, das condições naturais, e estas não são controladas pela técnica e pela ciência, é preciso observar que essa vulnerabilidade não diminui a importância da agricultura para o conjunto da sociedade civil. Pelo contrário, a agricultura é crucial para o crescimento de um país, assim sendo, deve-se garantir as devidas condições nessa área, com o objetivo de obter um desempenho satisfatório.

Com essas características e mediante os aspectos já mencionados, a prática agrícola no assentamento é quase inexistente. As culturas temporárias de subsistência ocupam no assentamento uma área de aproximadamente 166,50 hectares, correspondendo apenas a 8,73%. A maioria das famílias assentadas dedica-se quase que exclusivamente à pecuária. Aproximadamente 886 hectares (46,44%) são áreas de pastagens. À Reserva Legal foram

³⁴⁰ “Classe II: são terras que apresentam ligeiras a moderadas limitações de uso, com acidez alta, saturação por alumínio e baixa fertilidade natural, requerendo medidas de correção do solo e o cultivo em nível ou em faixas. Estes solos podem ser cultivados, segura e permanentemente, com culturas anuais e pastagens adaptadas. Classe III: terras que apresentam de moderadas a severas limitações de uso, com acidez elevada, saturação por alumínio e baixa fertilidade natural requerendo medidas intensivas de conservação e correção e fertilização para uso recomendado com culturas anuais, pastagens e cultivos variados para autoconsumo. Devido aos declives moderados e à baixa fertilidade natural, é recomendado o uso de terraços. Classe IV: solos com altas limitações, indicadas prioritariamente para cultivos permanentes com boa cobertura, mas que podem ser usados para cultivos anuais, desde que adotem práticas conservacionistas intensivas como forma de minimizar os efeitos da erosão. As limitações nessa classe de uso referem-se ao relevo, textura, pedregosidade, associadas à má drenagem ocasional. Classe V: terras que apresentam severas limitações quanto ao uso devido à pouca profundidade, alta susceptibilidade à erosão e ao encharcamento e afloramento de rochas, sendo recomendadas para preservação permanente, podendo ser utilizadas, com restrição, para pastagens ou mesmo para culturas anuais adaptadas. Classe VI: solos que apresentam limitações muito severas e não são indicados para cultivos anuais devido à pedregosidade aliada aos declives irregulares e acentuados. São mais indicados para pastagens permanentes, fruticultura e reflorestamento”. In: Idem, p. 10.

³⁴¹ Idem, Ibidem, p. 10.

destinados 381,60 hectares (20%). E as áreas de preservação permanente ocupam 32,00 hectares (7,68%). Porém, esta última área destinada à preservação permanente também é ocupada pelos assentados, causando um sério problema ao meio ambiente³⁴². Há ainda, alguns assentados que introduziram a fruticultura, no entanto, essa atividade é bastante incipiente. No assentamento, há aproximadamente 500 covas de maracujá, 580 covas de banana, 11 pés de pêssego e 20 covas de figo³⁴³.

Constata-se, ainda, que existem alguns trabalhadores que não se dedicam às atividades agropecuárias, mas desempenham outros tipos de atividades como, por exemplo, podemos destacar a experiência de uma família que produz peneiras e abanos de palha; um assentado que faz catira de gado; uma assentada que faz salgados para vender dentro e fora do assentamento; quatro assentados que compram leite e produzem queijo e requeijão para comercializar; uma família que compra milho no assentamento e faz pamonha para comercializar na cidade; duas famílias que têm um pequeno comércio dentro do assentamento; um assentado que vende o leite produzido no lote, e, ainda, adquire este produto de outros assentados com o objetivo de comercializar na cidade. Este assentado comercializa o produto de porta em porta, em uma bicicleta, e há ainda alguns assentados que trabalham de pedreiro dentro e fora do assentamento.

Devido ao baixo nível de atividades agropecuárias desenvolvidas no interior do assentamento, o que ocorre, em grande medida, é que em especial os jovens têm que se deslocar para atividades diversas no ramo informal ou vender sua força de trabalho para fazendeiros próximos ao assentamento. Ressalta-se, ainda, que a mão-de-obra utilizada tem ocupado principalmente a força de trabalho dos homens adultos, ficando ociosa a mão-de-obra das mulheres e jovens acima de 16 anos, de modo que essa disponibilidade poderia ser utilizada em outras atividades econômicas, visando a um melhor aproveitamento dessa força de trabalho e, conseqüentemente, elevando a renda familiar.

Até mesmo porque, do total de assentados apenas 5 famílias apresentaram acumulação de renda³⁴⁴ acelerada, ou seja, cerca de 5% das famílias assentadas. Estas famílias possuem mais que 20 matrizes de gado e geralmente parte da renda é reinvestida

³⁴² Idem, Ibidem, p. 10-12.

³⁴³ Idem, Ibidem, p. 21.

³⁴⁴ No ano de 2002, segundo levantamento realizado por amostragem junto as famílias assentadas, a renda familiar apurada variou de R\$ 150,00 a R\$ 300,00, com uma média de R\$ 234,00 mensais. Idem, p. 23.

no rebanho. Já as 10 famílias que exploram olerícolas apresentam acumulação de renda média; as famílias que possuem até 15 cabeças de gado apresentam acumulação de renda lenta. Porém, a maioria das famílias não apresenta acumulação de renda, estando estagnadas ou essa acumulação se dá num nível bastante lento.

O fato de várias famílias possuírem baixa acumulação de renda, em parte, é devido à inexistência de uma equipe de assistência técnica especializada que as atenda, conforme suas exigências e necessidades, o que poderia auxiliá-las na produção de excedente para o comércio externo. As únicas experiências realizadas com o intuito de montar essa equipe não obtiveram êxito, por exemplo, no início de 1998, uma equipe técnica do Projeto Lumiar ficou no assentamento por um mês. No entanto, a formação desta equipe não se confirmou e os assentados ficaram sem assistência técnica durante o período de plantio. Entre novembro de 1999 e junho de 2000, ocorreu uma segunda tentativa de se formar uma equipe técnica nesse assentamento. Esta também foi dirigida pelos membros do Projeto Lumiar. A equipe era formada por um agrônomo e um técnico agrícola que elaboraram os projetos de investimento a serem financiados pelo PRONAF.

Entretanto, pela ausência de acompanhamento durante a implementação do projeto, a equipe foi desfeita em junho de 2000. Já no período referente a novembro de 2000 e janeiro de 2001, assistiu-se novamente a uma outra tentativa de se formar uma equipe de assistência técnica. Todavia, esta equipe apenas concretizou os projetos de custeio e, logo a seguir, foi desfeita³⁴⁵. Cumpre enfatizar que mediante as tentativas frustradas de se montar uma equipe de assistência técnica especializada, que atendesse as necessidades dos assentados, restou-lhes somente uma única alternativa: recorrer ao auxílio prestado pelos técnicos da Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento, contudo, tal assistência é bastante limitada e precária. Uma das conseqüências visíveis, decorrentes desse tipo de problema, é que este interfere diretamente no emocional dos assentados, na maioria das vezes, levando-os à falta de motivação. Esta, todavia, é uma condicionante extremamente necessária para que os assentados pudessem dar seqüência aos projetos que se encontravam em andamento, bem como às atividades agrícolas. Neste sentido, conforme as narrativas dos entrevistados, a questão da assistência técnica se configura para os assentados como o principal problema a ser enfrentado por eles. Salientaram, ainda, que o governo

³⁴⁵ Idem, Ibidem, p. 17.

simplesmente assenta os trabalhadores, mas não lhes fornece a devida infra-estrutura necessária para mantê-los no campo.

Entretanto, a falta de uma equipe técnica especializada para acompanhar os assentados não é o único problema que os mesmos enfrentaram e ainda enfrentam, a ausência de capacitação profissional também é um agravante, pois constata-se que praticamente não há cursos de capacitação ministrados no assentamento ou voltados para eles. Em geral, não foi realizado nenhum curso de capacitação profissional que se estendesse a todos os assentados interessados, e às suas necessidades específicas. Até o ano de 2004, somente alguns trabalhadores receberam capacitação profissional, no entanto, isso se deu de forma isolada, sabe-se que, duas mulheres e dois jovens fizeram curso de avicultura e outras duas realizaram o curso de floricultura, na Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia³⁴⁶.

No entanto, de 2004 a 2006, efetuou-se, no assentamento Rio das Pedras, o Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTo- MG/TM. Esse programa foi criado pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU, conjuntamente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, tendo a Universidade recebido o apoio de várias instituições. Ademais, contou-se, ainda, com a participação de alunos e professores de diversas áreas do conhecimento da UFU. Além do assentamento Rio das Pedras, também participaram do programa o Zumbi dos Palmares, localizado no município de Uberlândia, o Bom Jardim e o Ezequiel Dias, de Araguari, todos contemplados pelo programa. No decorrer do programa, realizaram-se vinte projetos de pesquisa e mais de sessenta atividades com ênfase nas áreas de educação, produção e saúde, no âmbito dos assentamentos³⁴⁷.

Apesar de ter havido esse programa que, de alguma forma, auxiliou os assentados, ainda assim existiram outros fatores que consistiram em entraves para o sucesso da produção dos assentados, uma vez que a inexperiência destes com as questões agropecuárias e a própria precariedade da assistência técnica fornecida pelo governo, de modo geral, têm sido uma realidade presente no interior do assentamento. Isso pode ser constatado através dos relatos, uma vez que a maioria apontou o não conhecimento

³⁴⁶ Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, op. cit., p. 17.

³⁴⁷ Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTo-MG/Triângulo Mineiro. Relatório Final. Uberlândia: UFU, 2006.

anterior, relacionado às atividades exercidas pelo “homem da roça”, isto é, o modo de vida do homem rural, ligado à terra, considerando que muitos moravam e viviam na cidade. Acerca dessas dificuldades, Odilon argumentou:

Eu não sabia quantos caroços se colocava numa cova (...), e quando nós começamos a criar o gado eu sentia uma catinga das vacas porque eu não tinha costume. É igual quando você chega numa granja de frango e você não tem costume, você sente aquela catinga da ração. Eu sentia a catinga do gado, eu falava pra Lismar eu não vou acostumar com o gado porque fede demais! E meu estômago ripuna, eu não vou ficar aqui, eu vou vender essas vacas. Aí minha esposa falava: não, a gente acostuma. Foi indo e acostumei, e hoje eu não sinto mais a catinga do gado³⁴⁸.

Ou ainda, como Lismar ressaltou:

E no começo quando a vaca pariu, eu ficava assim: ah! Nunca mais eu faço isso. Ah! Que nojo! Eu falava: eu não sei o que fazer. Ele falava: calma! Calma! E o dia em que a vaca passou mal para parir e ele não estava lá, eu chamei a minha menina. Fernanda vem cá. Ah, não! Porque senão eu nunca mais vou comer carne de vaca. Ah, mãe! Eu vou chamar o vizinho. E eu falei: até chamar o vizinho a vaca já morreu, aí eu mesma arranquei o bezerro pra fora³⁴⁹.

Estes são somente dois dos diversos exemplos citados pelos entrevistados que evidenciam que, no início do assentamento, quase todos os trabalhadores não detinham conhecimentos técnicos suficientes para lidar com as atividades ligadas ao ramo agropecuário.

Observemos a imagem a seguir:

³⁴⁸ Odilon Batista dos Santos – Morador do assentamento Rio das Pedras. **Entrevista concedida à autora, em 09 de setembro de 2006.** Uberlândia/MG.

³⁴⁹ Lismar – Moradora do assentamento Rio das Pedras. **Entrevista concedida à autora, em 09 de setembro de 2006.** Uberlândia/MG.

IMAGEM 10: Animal doméstico no acampamento Rio das Pedras



Imagem do arquivo pessoal de Oliveira E. M. / Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia.

Essa imagem mostra-nos um animal bovino, com um aspecto doentio, em meio a um capim seco, por falta de alimentação e de cuidados específicos, como vacinação e outros. Seu aspecto sugere que não lhe restavam muitas chances de sobrevivência e que o dono deste animal, por falta de conhecimentos pecuários e/ou de capital, não consegue manter seu pequeno rebanho em um nível satisfatório até o abate para o consumo.

Entretanto, após aproximadamente dez anos de luta, a situação desses trabalhadores não se difere muito do tempo em que foram assentados. O Sr. Zagalo, um dos assentados, relatou que, no ano de 2006, perdeu sete cabeças de gado de uma única vez e este era todo o seu rebanho na época. Esse fato se deu em função da inexperiência do assentado, visto que este deixou veneno em local inadequado e o gado teve acesso a ele. Após o gado ter se intoxicado, não houve nenhum tratamento do rebanho, o que, talvez, tivesse evitado que o Sr. Zagalo o perdesse totalmente. O entrevistado, ressalta, ainda, que as poucas cabeças de gado eram seu único meio de sobrevivência, ficando, portanto, em uma situação

extremamente difícil, tendo de se desfazer do pouco que lhe restava para continuar a sobreviver³⁵⁰. Ademais, o Sr. Zagalo afirmou:

Eu sou metalúrgico, trabalhei de metalúrgico e andei por esse mundo aí afora, São Paulo, Rio de Janeiro, Bacia Amazônica, Bahia e saí da CCO quando terminou a obra, viemos da Bacia Amazônica e parei aqui. E aí os meus meninos passou a trabalhar e estudar aqui em Uberlândia e daqui eu queria voltar pra São Paulo, mas os meninos ficaram gostando daqui. Aí começou a trabalhar aqui e eu fui trabalhando em outros lugares como São José do Rio Preto, depois fui na Bahia fazer um serviço na usina e parei aqui, e fui trabalhando aqui, trabalhei em duas firmas aqui e quando eu estava em Tocantins comecei a participar do serviço de base no movimento sem-terra e como eu não entendia nada disso, fui trabalhar de metalúrgico e não entendia nada de terra e nem entendo, meu pai é que tinha terra e meus avôs no sul da Bahia é que tinham roça né. Mas, não era de reforma agrária não. Aí eu tinha vontade de ter a minha terra né³⁵¹.

Como se vê, este trabalhador vivia de forma errante, mudando de cidade em cidade, de estado em estado, em busca de uma vida melhor. Percebe-se, assim, que a lida diária, o trabalho na roça, não fazia parte do seu modo de vida, bem como ainda não faz, mesmo estando “em cima da terra”. Analisando os significados atribuídos aos sem-terra, percebe-se que este, mesmo sendo proprietário de terra, ainda se considera um metalúrgico, um trabalhador urbano.

Nesta perspectiva, a inexperience dos assentados, nas questões relativas ao trabalho específico do campo, a ausência de técnicos especializados, que possam orientá-los, e a falta de políticas públicas voltadas para os assentamentos são fatores agravantes que dificultam, sobremaneira, a produção e comercialização dos produtos. Até mesmo porque a comercialização dos produtos agropecuários, obtidos no interior do assentamento Rio das Pedras, é um problema identificado e que necessita de solução, uma vez que esta se dá, predominantemente, de forma bastante limitada, sendo realizada principalmente no CEASA do município de Uberlândia, nos arredores do assentamento, nos pequenos comércios ou ainda de porta em porta, nos diversos bairros da cidade, sendo executada por poucas famílias que conseguem produzir algum excedente. Porém, além do CEASA, esta pequena

³⁵⁰ Antônio Carlos Zagalo – Morador do assentamento Rio das Pedras, **Entrevista concedida à autora, em 09 de setembro de 2006**. Uberlândia/MG.

³⁵¹ Idem.

comercialização não se restringe apenas a este município, haja vista que há outros pólos de comercialização³⁵². Todavia, o comércio é feito de forma individual, predominando a via da informalidade, sobretudo de alguns produtos, como, por exemplo, queijo, requeijão, doces, pimenta, abóbora, quiabo, pepino, tomate, jiló, mandioca, farinha, milho, arroz, ovos e frango caipira.

No ano de 2002, havia, no assentamento, somente um produtor que comercializava, aproximadamente, 30 litros de leite/dia, diretamente aos consumidores, a entrega se realizava de porta em porta, em vários bairros da cidade de Uberlândia; um assentado vendia pimenta para uma engarrafadora; sete produtores comercializavam queijo, doce de leite e requeijão, no comércio varejista de Uberlândia, e de casa em casa; um produtor vendia milho verde para uma família dentro do próprio assentamento, a qual produzia pamonhas e as vendia no comércio dos bairros próximos ao assentamento; um produtor comercializava arroz diretamente para as famílias assentadas; dois produtores comercializavam ovos caipiras nos bairros de Uberlândia, de casa em casa; e algumas famílias comercializavam frangos caipiras. Porém, o comércio era restrito, sendo predominantemente voltado para o consumo familiar³⁵³.

Havia, ainda, onze produtores que comercializavam “mandioca brava” para a Fundação Educacional Rural de Uberlândia – FERUB, as mandiocas de mesa eram comercializadas nos pequenos sacolões dos pequenos comércios e no CEASA de Uberlândia; sete produtores comercializavam hortaliças e apenas um as vendia diretamente no CEASA, os outros as comercializavam no comércio varejista, nos bairros de Uberlândia; quarenta e três produtores comercializavam leite *in natura*, a maioria deles o vendia para uma queijaria e os demais vendiam-no para um fazendeiro vizinho do assentamento³⁵⁴. É relevante ressaltar, ainda, que esse fazendeiro comprador de leite, revendia este produto para a Cooperativa Agropecuária Ltda. de Uberlândia - CALU. Com esta prática, a renda dos pequenos produtores rurais, proveniente das atividades realizadas no assentamento, é bastante exígua, pois, nesse caso, existem ainda os compradores de leite que revendem o produto para a agropecuária. Os depoimentos evidenciaram que os assentados não vendem

³⁵² Como, por exemplo, em Araguari (MG), a 30 Km do assentamento; Uberaba (MG), a 100 Km; e Ribeirão Preto (SP), a 200 Km. In: **Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras**, op. cit., p. 23.

³⁵³ Idem, Ibidem, p. 24.

³⁵⁴ Idem, Ibidem, p. 24.

o leite diretamente para a cooperativa, em função, principalmente, da ausência de capital para custear os gastos iniciais com a produção como, por exemplo, adequar os currais de acordo com as normas e regras estabelecidas pela cooperativa, as quais são indispensáveis para a manutenção da qualidade dos laticínios.

Mediante as circunstâncias, muitas famílias não conseguem montar a sua estrutura produtiva no ramo agropecuário de forma sustentável e, além do mais, no interior do assentamento, ainda não se encontra nenhum tipo de abastecimento específico destinado a elas, o que as obriga a realizar suas compras, individualmente, no comércio varejista de Uberlândia. No entanto, a ausência de infra-estrutura constatada no interior do assentamento é um dos fatores agravantes que dificultam tanto a comercialização dos produtos, quanto o abastecimento das famílias.

Outro problema a ser enfrentado pelos assentados diz respeito às estradas, infra-estrutura essencial para o desenvolvimento do processo produtivo dos assentados e deslocamento das famílias. Em função de não serem encascalhadas, comprometem a circulação de pessoas e produtos, sobretudo, no período de chuvas³⁵⁵. As estradas apresentam pontos críticos, como a falta de mata-burro e alças de retorno destinadas às manobras dos veículos escolares e caminhões. Com o objetivo de melhorar essa situação, é importante realizar obras para a contenção de enxurradas, manutenção das pontes e vias de acesso. Em geral, os assentados reivindicam uma nova ponte, melhorias nos traçados e dimensões das vias. A situação é tão grave que, na época das chuvas, as vans e ônibus, que fazem o transporte escolar dos estudantes, não conseguem transitar. Esse fator obriga as crianças a caminharem até o local onde os veículos podem chegar e, às vezes, os alunos chegam a ficar sem aula, em função da falta de acessibilidade nas estradas. Ademais, vale salientar que os moradores não possuem transporte coletivo no interior do assentamento, a Prefeitura Municipal de Uberlândia oferece transporte público somente no âmbito educacional, o que causa extrema dificuldade para os moradores, uma vez que suas relações de trabalho, saúde, educação se dão, em especial, com o município de Uberlândia e não exclusivamente no interior do assentamento.

³⁵⁵ **Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras**, op. cit., p. 28.